

Precários e sobrantes: os sentidos do trabalho para usuários de drogas em situação de rua

Kíssila Teixeira Mendes*; Fernando Santana de Paiva** e Telmo Mota Ronzani***

Resumo:

A população em situação de rua (PSR) apresenta-se hoje como expressão máxima da questão social. O objetivo deste artigo é analisar os sentidos do trabalho entre pessoas em situação de rua usuários de drogas. Foi realizada uma investigação etnográfica que se valeu de observação participante e entrevistas em profundidade realizadas com 6 homens em situação de rua, que vivem próximos de instituições que prestam serviços voltados para a PSR em Juiz de Fora (MG). Os resultados encontrados foram sintetizados a partir das seguintes categorias: a) o trabalho como valor central; b) o não reconhecimento de si como trabalhador; c) a reprodução do discurso precarizado. A partir desses resultados, refletimos como a centralidade da categoria trabalho e a inserção nele de forma precária têm impactos nocivos e específicos na saúde mental.

Palavras-chave: Rua; Trabalho; Precariado; Drogas; Saúde.

Precarious and Unwanted: The Meanings of Work for Homeless Drug Users

Abstract:

The homeless population (PSR) presents itself today as the maximum expression of the social question. The objective of this article is to analyze the meanings of work among homeless drug users. An ethnographic investigation was carried out, using participant observation and in-depth interviews with six street men living close to institutions that provide services for PSR in Juiz de Fora, Minas Gerais. The results were synthesized from the following categories: a) work as a central value; b) non-recognition of self as a worker; c) the reproduction of

* Doutoranda em Psicologia na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora-MG, Brasil. End. eletrônico: kissilamm@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7817-599X>

** Doutor em Psicologia. Professor, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora-MG, Brasil. End. eletrônico: fernandosantana.paiva@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-6030-9777>

*** Doutor em Ciências da Saúde. Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora-MG, Brasil. End. eletrônico: tm.ronzani@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8927-5793>

precarious discourse. From these results, we reflect how the centrality of the work category and its insertion in a precarious way have harmful and specific impacts on mental health.

Keywords: street; work; precarious population; drugs; health.

Introdução

Este artigo tem como objetivo compreender como a categoria trabalho aparece no discurso e cotidiano da população em situação de rua (PSR). Trata-se de uma pesquisa qualitativa com a realização de observação participante e entrevistas. Partiremos, no interior do marxismo, de uma conceituação de trabalho para posteriormente debater as formas contemporâneas de exploração e precarização do trabalho, nas quais a população em situação de rua é a principal vitimada. Os resultados indicam que, a despeito do trabalho aparecer como categoria central nas falas dos entrevistados, há entre eles uma naturalização do trabalho precarizado e não um reconhecimento de si como trabalhadores. Isso ocorre por conta da culpabilização individual de sua condição e, sobretudo, por estarem “fora” da esfera do consumo formal.

Assim, o trabalho aparece com um significado importante que tem implicações diretas no campo subjetivo, visto que as expectativas sociais de produção e consumo no contexto capitalista são fatores cruciais. Ao tratar de relações históricas e políticas, o artigo visa a desnaturalizar questões arraigadas e aprofundar o estudo na área, desconstruindo narrativas que permeiam o cotidiano das cidades, sobretudo por se tratar de um estudo baseado nas próprias falas das pessoas em situação de rua. Isso porque, a partir das perspectivas dos frequentadores da rua, é possível compreender as ações governamentais, partindo do princípio de que são vividas e simbolizadas pelas pessoas às quais se destinam. Além disso, pesquisas com perfil etnográfico nesses contextos permitem uma etnografia do próprio Estado, pois falam a partir de lugares e linguagem vistos como “às margens das normatividades contemporâneas” (Adorno, 2015, p. 299), sendo essas margens necessárias, paradoxalmente, à manutenção do próprio Estado.

Inserção no campo e território da pesquisa

A fim de facilitar o acesso a um grupo que à primeira vista pode parecer de difícil contato, foram procurados dois serviços como primeiros informantes da pesquisa: o Consultório de Rua (equipe II) e o Centro Pop. Nos casos, foi necessário um contato inicial para explicitação dos objetivos da pesquisa. Algumas particularidades do território em questão merecem ser destacadas. Trata-se de um local de concentração de dispositivos (três instituições) voltados para a PSR. Além disso, é caracterizado como ponto de uso de drogas e pequeno tráfico. No território é evidente a implementação do capital globalizado: a localização é

central, porém mais desvalorizada por suas características específicas (a presença da população em situação de rua é uma delas). O local possui um movimento de grande fluxo, fundamentalmente em horários de pico. Possui ainda como característica o grande número de oficinas, comércio de autopeças e lojas de material de construção, não sendo prioritariamente residencial.

Observação participante

A observação participante é “parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa” (Minayo, 1993, p. 70) e o momento em que o pesquisador coloca-se na posição de observação com finalidade científica. A análise deste trabalho repousa em uma observação participante de inspiração etnográfica realizada no período de 5 de setembro de 2016 a meados de março de 2017 (uma a duas visitas semanais) registrada em diário de campo e, posteriormente, analisada sistematicamente. A observação desses cenários possibilitou a apreensão do universo do grupo estudado, favorecendo ainda a identificação dos posteriores entrevistados na investigação.

As entrevistas

O roteiro de entrevista semiestruturada foi elaborado pelos pesquisadores com base na literatura e nos dados coletados no período de observação participante. Foi realizado inicialmente um piloto para se determinar a versão final do roteiro. A construção do roteiro de entrevistas foi baseada na história de vida, método amplamente empregado nas ciências humanas e sociais que visa a compreender as histórias de vida de sujeitos que representam diferentes grupos sociais, bem como os processos, as relações sociais e os códigos simbólicos e de valores construídos por e entre sujeitos a partir de sua inserção na realidade sociocultural (Chizzotti, 2013). Acreditamos que, a partir do método da história de vida, é possível compreender melhor a estreita relação entre a identidade pessoal e as identidades sociais dos participantes pesquisados.

Os participantes das entrevistas foram exclusivamente homens em situação de rua e usuários de substâncias localizados nos contextos já apresentados. Não houve restrição de idade, porém permaneceu-se na faixa de 30 a 48 anos. Estes foram abordados de maneira progressiva, dado o caráter etnográfico da pesquisa, de forma verbal, e convidados a participarem das entrevistas. Todos já haviam tido contato com a pesquisadora durante o período de observação participante e se mostraram solícitos ao convite. As entrevistas, a fim de melhor armazenamento dos dados, foram gravadas em equipamento celular e, posteriormente, transcritas integralmente. As autorizações dos participantes (termo de consentimento livre e esclarecido) foram fornecidas via áudio. Serão utilizados aqui os

nomes fictícios de Marcos, Pedro, Tomé, Mateus, Tiago e João. A definição do número de participantes foi feita pelo critério de exaustão/saturação dos dados construídos durante o processo de observação participante.

Análise dos dados

Para análise dos dados qualitativos das entrevistas realizadas, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo do tipo temática (Gomes, 2008). Foram estabelecidas sete famílias de categorias com o total de trinta e seis após o processo de análise. Todo o material foi organizado e analisado a partir do *Software Atlas.ti*. Por fim, os dados encontrados foram analisados a partir da literatura na área. Para esse recorte da pesquisa, foram especificamente analisadas as categorias que tenham relação com a temática do trabalho.

Aspectos éticos

Houve a submissão do protocolo de pesquisa aos órgãos competentes do país, bem como ao Comitê de Ética em Pesquisa Humana/UFJF. Os procedimentos previstos obedeceram aos Critérios de Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Trabalho como valor central

Concomitantemente à ideia de reprodução de valores socialmente partilhados, o trabalho aparece nas falas da PSR como valor principal e forma de “escape” à situação de rua e ao uso de drogas e com o que se aproxima de um padrão de normalidade, como explícito na fala: “Ser uma pessoa comum, que trabalha [...] Ser uma pessoa comum” (Tiago, sobre o que gostaria de ser). Faz-se necessário, dessa forma, uma maior reflexão sobre essa categoria.

Oliveira (2010) aponta que, desde o século XX, o marxismo tem debatido a categoria trabalho como centralidade e condição de realização do próprio homem e fonte afirmadora da vida. A categoria trabalho é definida por Marx, nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, de 1844, como dimensão ontológica fundamental, sendo aquilo que diferencia o homem do animal, pois, a partir da relação de transformação da natureza, o homem se torna um ser universal (e não mais objetivo) e pode dar rumos livres à sua existência – atividade vital consciente. Marx (1983) define a importância do trabalho como condição de existência do homem, fundamentalmente, por mediar a relação entre homem e natureza.

Embora o desenvolvimento dos meios de produção reflita a histórica humana, por outro lado, Marx também define o trabalho como mortificação do homem e subordinação ao capital na medida em que se torna estranhado, ou seja,

quando o homem não vê seu trabalho nas mercadorias que ele mesmo produz. Logo, as relações de produção, ao invés de serem dominadas pelo homem, o dominam, e o trabalhador se torna mais uma mercadoria -mais barata do que as que cria-, o que gera como consequência a “supervalorização do mundo das coisas em detrimento de uma valorização do ser humano” (Oliveira, 2010, p. 79). Dessa forma, o homem passa a satisfazer somente suas funções animais, tornando-se o trabalho uma atividade de mortificação. E a partir do estranhamento do trabalho, o homem perde sua consciência de ser social e parte para uma vida egoísta. O conceito de fetiche da mercadoria (Marx, 1983) aparece para demonstrar a inversão ocorrida quando os produtos do trabalho são transformados em mercadoria. Esta, ainda que sendo fruto social do trabalho, é objetivada (essencialmente por conta da divisão do trabalho) e tida como natural. Ou seja, não é identificada como produto do trabalho. Dessa forma, as relações sociais entre os homens assumem uma “forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (Marx, 1983, p. 71).

Segundo Oliveira (2010), já em Marx era apontada a dialeticidade entre trabalho criador e estranho ao homem. Tal processo dialético no interior de uma sociedade burguesa calcada na propriedade privada traveste a categoria trabalho duplamente: seu caráter de aspecto central do processo de humanização e potencialidade, onde o homem é ser ativo, é válido, porém adquire ares imediatistas em prol da satisfação de necessidades imediatas: “nessa contradição manifesta-se o princípio emancipatório de Marx. Nas condições degradadas do trabalho capitalista permanece o elemento universal, criativo, dos homens, deixando espaço para uma superação do estranhamento” (Oliveira, 2010, p. 74). Nesse processo dinâmico e dialético, trabalho deve ser visto também como elemento constituinte da subjetividade, visto que é um processo de autocriação que objetiva as ideias e inquietações do ser humano. Logo, possibilita que produzam também novas realidades e subjetividades: “os homens são aquilo que eles fazem de si mesmos pelo trabalho” (Oliveira, 2010, p. 76).

Para compreender a posição das pessoas em situação de rua, quanto à categoria trabalho, é necessária uma breve genealogia da questão, que se delimita melhor com o início da industrialização capitalista. Isso porque o pressuposto do capitalismo é a separação entre trabalhador e meios de produção, sendo a força de trabalho a única mercadoria que os camponeses (agora assalariados) possuíam para vender. Esse fenômeno é também definido como expropriação (por conta do confisco de terras) ou acumulação primitiva. Esses ex-camponeses não foram absorvidos tão rapidamente pela ainda nascente indústria ou não se adaptavam a ela, dando início ao circunstancial processo de pauperismo que se generalizou na Europa pós feudal. Essas pessoas eram definidas como mendigos, ladrões e vagabundos, o que originou também rígidas leis disciplinares, as leis

contra vadiagem, onde o Estado administrava as condições histórico-estruturais geradas por ele mesmo e necessárias ao desenvolvimento do capitalismo. Além disso, as leis antivadiagem tinham o intuito de restringir o direito à cidade e forçar que esse contingente aceitasse trabalhos sub-remunerados e não se deslocasse. Assim, privadas de condições de existência, essa parcela da população, que possuía somente sua força de trabalho para vender, ficou à mercê da caridade e caracterizou o início da pobreza absoluta (Silva, 2006).

Com a expansão do modo de vida capitalista, a dissociação entre trabalhadores e meio de produção gera um grande exército de reserva, ou superpopulação relativa apta para trabalhar, mas não absorvida pelo mercado capitalismo, e também naturaliza essa situação entre a população. A PSR localiza-se nesse exército de reserva, mais precisamente em sua forma estagnada, que possui grandes jornadas de trabalho e, portanto, sem proteção social ou qualquer tipo de seguridade. Mas, mesmo antes da condição de rua, tal população já assumia os postos de trabalho precarizados (Silva, 2006). Assim, o chamado processo de vulnerabilização dessa população é anterior à ida para as ruas e, embora perpassada por diferenças, é importante demarcar que as trajetórias de pobreza que culminam na situação de rua não são processos subjetivos e individuais e estão ligados a processos conjunturais de aprofundamento das desigualdades sociais (Varanda; Adorno, 2004).

De volta à pesquisa, os dados da observação participante somados aos da entrevista indicam que parcela expressiva da PSR trabalha (inclusive, em grandes jornadas), principalmente fazendo “corres” e “bicos”. Assim, a percepção é que, aliado ao trabalho, o consumo (este sim, mais restrito no contexto da rua) aparece como outro valor primordial. Dessa forma, o consumo é o que proporciona acesso a bens e estabilidade. Porém, também não podemos afirmar que essa população esteja fora da esfera do consumo: a droga entra nessa equação como principal mercadoria consumida, aliado à lógica de compulsividade do capital e às relações fetichizadas. Exemplos dos processos de vulnerabilização, valorização do consumo e consideração do trabalho como categoria central nas histórias de vida dos sujeitos podem ser vistos nas seguintes falas:

A gente quer emprego, quer dignidade, quer andar certo, numa boa. Quer comprar uma coisa, você não pode comprar. Vê uma parada boa e não pode comprar porque não tem uma carteira assinada, entendeu. Tem que comprar só à vista. O dinheiro que nós ganha de bico não dá pra compra nada à vista não. Entendeu? Ai fica ruim, né (Pedro).

O que eu queria mesmo era levantar cedo e trabalhar, saber que a minha carteira tá assinada, então não tenho esse negócio de fundo de garantia, eu sempre trabalhei, eu nunca trabalhei de carteira assinada, não minto, trabalhei uma vez só numa obra, lá no Bom pastor, São Mateus se eu não me engano, tendeu (João).

Assim, mesmo sob o discurso de mudanças significativas no papel de instituições como família, escola e igreja, o trabalho permanece como valor central, seja em sua conotação negativa, de tortura e sofrimento, seja como possibilidade concreta de transformação. Logo, com base nas revoluções tecnológica, a negação da centralidade do trabalho e as teses sobre o fim do trabalho e da força viva que o move parecem pouco plausíveis¹. É necessário, porém, questionar se tais concepções positivas verificadas na PSR não estão associadas a discursos liberais e gerencialistas que visam a impor ao indivíduo determinadas concepções alienantes de valorização trabalho em si mesmo. O não reconhecimento de si como trabalhador e reprodução do discurso precarizado. Em relação paradoxal com a valoração positiva do trabalho há também o não reconhecimento de si enquanto trabalhador, mesmo com grandes jornadas, fundamentalmente pela falta do vínculo legal e de estabilidade, ou pelo tratamento recebido por estarem em situação de rua. Esse não reconhecimento está ligado também às trajetórias de vulnerabilidades:

Aí eu vejo esse negócio de fundo de garantia na televisão e penso assim “eu nunca trabalhei, eu tinha que ter direito, não tenho”. Eu nunca trabalhei de carteira assinada, trabalhei uma vez só, não passei nem da experiência, porque a experiência é de três meses (João).

Porque a polícia, por exemplo, dá mais moral pra uma pessoa trabalhadora, com certeza né, do que para um morador de rua (Pedro).

Há ainda a naturalização do trabalho precarizado e da lógica meritocrática. Dessa forma, a desigualdade social é naturalizada, sendo a naturalização uma das forças fundamentais para “acobertamento da realidade” e “manutenção das opressões”, como se um conjunto de aspectos de determinado momento histórico-social fosse um acontecimento natural (Accorssi et al., 2012). Os entrevistados reproduzem a lógica desse trabalho precário como solução para saída da rua, mesmo tendo vivenciado isso por toda a vida (e ainda vivenciarem), o que fica claro fundamentalmente ao fazerem sugestões para as políticas públicas voltadas à PSR.

Eu acho que algo que seria bom é arrumar um serviço pra galera aí, né. Ao invés da galera ficar o dia inteiro de boqueira aí. Acho que arrumar um servicinho pra galera é bom. Nem que seja pagar uma mixaria, pagar um salarinho pra galera aí. Acho que melhorava bastante (Pedro).

¹ Em *Adeus ao Proletariado* (1987), Gorz questiona o papel revolucionário da classe trabalhadora a partir da tese do fim do industrialismo e do fim do trabalho. Como provocação, Antunes, em *Adeus ao trabalho?* (2015), afirma que essa tese resulta de uma leitura eurocêntrica e que a questão central é a de compreender o novo desenho da classe trabalhadora e a nova morfologia do trabalho. Antunes considera que trabalho permanece a categoria analítica central.

Mas o mínimo que podia fazer era dar um serviço pra eles, um serviço de servente de obras, né. É fazer uma frente aí pra cima deles, pra quem quer trabalhar. (Tiago)
Tem gente que vem me chamar aqui de vez em quando, ‘você não quer capinar um lote não?’, igual me chamaram pra descarregar 400 caixas de chocolate entende, depois me dá até um chocolate (João).

Antunes (2001) analisa como a reestruturação produtiva no contexto neoliberal acarretou mudanças significativas no mundo do trabalho, como o desemprego, a flexibilização e a precarização das relações trabalhistas. Nesse contexto, diversas são as interpretações sobre o trabalho, sendo fetichizadas pelos que creem na plenitude de uma sociedade democrática, ou idealizadas pelos que defendem o fim do trabalho como possibilidade única de atingir a liberdade. Retomemos a análise de um ponto de vista histórico.

A década de 1970 e o início de uma nova reestruturação do capital é ponto fundamental de análise para a compreensão da crise estrutural do capital e de uma nova materialidade da classe trabalhadora, ocasionada sobretudo pelo fim do bloco socialista. Nesse período, a crise dos regimes de bem-estar social e a ascensão neoliberal marcam ainda características como: o desmonte dos direitos sociais, o combate ao sindicalismo e a recusa às propostas socialistas e a propagação de valores subjetivistas e individualistas. A partir da década de 1970, com o fim o ciclo de produção fordista e a emergência da Revolução Tecnológica, abriu-se uma nova fase de reestruturação capitalista e, ao lado da emergência de um novo ator, as corporações transnacionais, *pari passu* com a ultramonopolização privada.

No contexto pós anos 1990, com o ápice das grandes crises do século XX (crises do Estado providência, crise do trabalho e crise do sujeito), a temática da exclusão tornou-se protagonista dos debates, sinalizando as novas restrições do mundo do trabalho e as transformações econômicas da época. Nota-se nesse período também o aumento expressivo da PSR, concomitante à elevação das taxas de desemprego; a falta de políticas públicas que acompanhem tal aumento; e a centralidade da categoria trabalho (Silva, 2006). Surge o conceito de “nova pobreza”, nos países desenvolvidos, para designar aqueles que, nesse período, são expulsos do mercado de trabalho e os jovens que não conseguem nele ingressar (Wanderley, 1999). Entretanto, ao caracterizar a pobreza como expressão da questão social, cuja gênese está nas relações de produção capitalistas com a decorrente exploração do trabalho pelo capital, Montañó (2012) afirma que definições como a de “nova pobreza” servem para desvincular tais relações -que nada têm de novas.

“Exclusão” torna-se um conceito controverso e pouco preciso, o que produz a preocupação em aprimorá-lo ou, se não for possível, não o utilizar. Afinal, grande parte das análises trata exclusão como sinônimo de pobreza, não enfatizando a “injustiça social”. Além disso, segundo Netto (2011), ao se pensar apenas por meio dessas categorias, reduz-se a questão social do capitalismo à mera condição de acesso. Trata-se de um daqueles discursos incorporados (momentaneamente) ao sistema para definir aqueles diferentes de si e “é apenas um rótulo abstrato, que não corresponde a nenhum sujeito de destino: não há possibilidade histórica nem destino histórico nas pessoas e nos grupos sociais submetidos a essa rotulação” (Martins, 2002, p. 30). Não se adota a perspectiva de transformação social, mas a de que os integrados na sociedade de consumo são o ideal a ser conquistado.

Com a ampliação do precariado e as mudanças decorrentes da queda do Estado de Bem Estar Social, ocorre um desdobramento (ou acirramento) da questão social: os/as sobrantes, não filiados ao trabalho útil e produtivo, ligados, sobretudo, ao processo de flexibilização e precarização. Além disso, há a individualização, que Castel (1995) considera sinônimo da desfiliação do mercado de trabalho. As consequências são: a desestabilização dos estáveis; a instalação da precariedade; e a ruptura total entre trabalho e proteção (e/ou a desagregação da sociedade salarial). O segundo aspecto (a instalação da precariedade) nos interessa mais, pois diz sobre aqueles que vagam entre o desemprego, o trabalho temporário e a ajuda social, onde podemos localizar a PSR, apartados de qualquer vínculo social que lhes dê reconhecimento. No Brasil, esses sobrantes do trabalho podem ser identificados como os usuários de drogas em situação de rua, por exemplo.

Antunes (2000) analisa o aparecimento de um novo proletariado que torna a classe trabalhadora mais fragmentada e complexa. À escala de produção globalizada, a lógica de produção de mercadorias tem gerado, inclusive nos países capitalistas centrais, uma sociedade de precarizados. Os “paraísos” industriais, como os localizados nos países asiáticos, só são possíveis graças à super exploração da classe trabalhadora. Ou seja, a precarização (bem como a “exclusão”) é pressuposto do capitalismo. O fato é que as recentes crises financeiras exacerbam a fragilidade do sistema e, mais ainda, uma “ação destrutiva contra a força humana de trabalho” (Antunes, 2000, p. 36) causada por um capital desprovido de uma orientação humanamente significativa.

Braga (2006) também analisa a condição atual desses precarizados a partir do trabalho nos *call centers*, observando como o processo de reestruturação do trabalho, marcado pela liberalização, mundialização do capital e desregulamentação, gera a degradação das condições de trabalhos exemplificadas pelo aumento do estresse e diminuição dos salários. Esse novo sistema de exploração, somado

à constante repressão, traz ainda um declínio da linguagem política, onde as classificações como as de classe não fazem tanto sentido aos operários, indicando ainda uma derrocada simbólica da organização popular. A ausência de identificação política e simbólica com a classe trabalhadora conduz a uma lógica de individualização e a uma luta pela dignidade pessoal.

Pochmann (2016) observa ainda que, sobretudo a partir da crise atual, iniciada em 2008, a descentralização de produção de bens e serviços ao redor do mundo expõe os trabalhadores a formas bem mais sofisticadas de exploração. Este autor considera que, na atual crise, a nova fase do desenvolvimento capitalista transcorrerá pelo aprofundamento da exploração das forças de trabalho, o que, no Brasil, já se percebe nos recentes movimentos de terceirização e uberização intensificados particularmente após o golpe parlamentar de 2016. Assim, o país passa a viver sua quarta onda de flexibilização do sistema de proteção social e trabalhista de 1930. Isso significa uma nova forma de organização e remuneração, distantes da regularidade formal e da garantia de direitos, o que conduz ainda ao enfraquecimento dos fundos públicos de seguridade social, como bem ilustrado pela (contra) reforma da previdência brasileira em 2019. As consequências dessas novas formatações são visíveis na desestruturação da sociedade salarial e na acentuação das desigualdades, até porque que as classes médias assalariadas e os trabalhadores industriais também são impulsionados a se inserirem no precariado.

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital (Antunes, 2000, p. 38).

Dessa forma, na ideia de contrato livre não há proteção, sendo o mercado o controlador das vidas e a capacidade de reivindicação e poder político também regulados pelo momento econômico local. Se pensarmos o atual momento político e econômico do país, veremos como os trabalhadores estão sujeitos a esse discurso: “sua situação piora, os fatores propriamente de classe de suas necessidades e reivindicações sociais são sobrepujados por urgências de sobrevivência, por necessidades imediatas, por angústias e aflições” (Martins, 2002, p. 28).

A naturalização do precariado nas falas da PSR influencia e reforça a reprodução do próprio discurso estigmatizante, como se percebe nitidamente na passagem a seguir, onde João fala sobre o julgamento que recebem na fila de

restaurante popular da cidade: “Numa parte eles estão certo sim, numa parte eles estão certos, você trabalha, entendeu, aqui agora você tá fazendo um trabalho, você tá fazendo ou você pega uma lata de concreto, trabalha num serviço simples, só sentado numa mesa, mas você tá trabalhando”. Temos outros exemplos dessa reprodução em:

Nesse estender a mão, eles não têm aquela disposição de correr atrás dos objetivos, porque vem tudo na mão (Mateus).

Uma parte eles não tão errado não, porque o governo dá muita regalia pra quem não precisa. Quase que se o governo falasse assim “não tem restaurante popular, não tem Centro Pop, não tem Albergue”, eu acho que muitos iam caçar um serviço (João).

Se você quer comer melhor você tem que pagar. Entendeu? Então você vai comer só aquilo que vão te dar, sopinha, arroz com feijão, macarrão. E o ser humano você sabe que não é só isso (Tiago).

Tais justificativas e reproduções estão na base da construção de elementos de distinção de si com os demais moradores de rua. Isso nos remete ao fato de o pobre, ao ser capturado como consumidor, encontrar no consumo a forma de afirmação social e de simulação de uma igualdade. Assim, o próprio estereótipo de pobre mal vestido e sujo é negado por eles, incomodando o imaginário da classe média e alta: “os pobres descobriram uma característica fundante da sociedade contemporânea e da Modernidade, a da realidade social como máscara e por meio dela realizaram a sua plena e impotente integração social” (Martins, 2012, p. 37).

Todos os entrevistados tratam uma parcela da PSR como outro (ou “eles”) não se reconhecendo como unidade, o que também dificulta uma mobilização dessa população. Esses elementos distintivos estão no tratamento do outro como animais, maus, que se entregaram ou que não se dão ao respeito. Logo, reforçam o estigma a este “subgrupo”. As mudanças sociais que diluíram a identidade de trabalhador devem ser pensadas em razão de suas consequências, como a desmobilização de classe e extrema coisificação de pessoa:

eles são apenas o trabalhador potencial, o resíduo crescente do desenvolvimento econômico anômalo. Quando muito, são trabalhadores dos setores secundários e irrelevantes da produção. Por isso são excluídos. (...) excluídos das possibilidades de fazer História. Não podem fazer uma greve, isto é, não podem recusar o trabalho, pois ninguém quer o seu trabalho e quando o quer há muito mais gente querendo trabalhar do que gente querendo oferecer-lhes trabalho. (...) Diferente de quem trabalha e é vital para o processo de reprodução ampliada do capital. São descartáveis (Martins, 2012, p. 35).

Ainda assim, parece equivocada a premonição sobre o fim do trabalho, ao passo que é fundamental compreender as mudanças qualitativas do mundo do trabalho, que se apresentam em traços comuns ao redor do mundo. É importante ressaltar que o capital não se autovaloriza sem o trabalho humano, conforme Marx já apontava. Logo, mesmo diminuto e precarizado, o trabalho vivo não é extinto.

Considerações finais

A PSR apresenta-se como fenômeno naturalizado e a-histórico, sendo essas pessoas símbolos máximos da pobreza. Se por um lado a PSR é uma “expressão radical da questão social contemporânea” (Silva, 2006, p. 83), por outro, o trabalho se dá como a mais importante questão social desde esse período (Castel, 1995). Na tentativa de analisar conjuntamente as duas temáticas, o processo de construção da pesquisa sinaliza como eixos principais de análise: a centralidade da categoria trabalho; e o não reconhecimento como trabalhadores pela PSR e a reprodução do precariado e dos discursos estigmatizantes.

Embora a exclusão e o precariado sejam pressupostos do capitalismo, este tem agido de maneira mais destrutiva ao longo do processo de reestruturação do trabalho, com formas mais sofisticadas de exploração. Como consequência, a naturalização do precariado, sobretudo pelos que dele são mais vitimados, conduzem ainda à desmobilização como classe. Este processo é também legitimado pela atuação das instituições sociais, que tratam essas pessoas de forma homogeneizada e como desprovidas de saber. Assim, são necessárias experiências emancipatórias, com esforço da desnaturalização de identidades estigmatizadas, de forma a fomentar as potencialidades. Além disso, impõe-se uma revisão do papel das próprias instituições na conformação de quadros que agudizam as desigualdades e a naturalizam a opressão e a pobreza.

Dessa forma, nos deparamos com processos psicossociais de manutenção da opressão e dominação, tais como naturalização, normatizações, moralismos e atribuição de características que são empregadas ideologicamente com a finalidade de manter estruturas intactas. Concluímos, assim, que o trabalho permanece como valor central, mesmo com todas as mudanças que perpassaram as instituições. Aparece ainda, de forma dialética, como fonte de sofrimento, mas também como possibilidade concreta de transformação. Assim, “mesmo sob a determinação capitalista, o trabalho permanece com sua potencialidade criadora e o homem permanece um ser ativo” (Oliveira, 2010, p. 81). Cabe-nos resgatar tal potencialidade.

Referências

- ACCORSSI, Aline, et al. A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. *Psicologia & Sociedade*, vol. 24, n. 3, p. 536-546, 2012
- ADORNO, R. A produção das cracolândias: razões de mercado, pânico moral e elogio da violência do Estado – a epidemia de uma miséria política brasileira. In: FERNANDEZ, O.; ANDRADE, M. M.; NERY, A. (Org.). *Drogas e políticas públicas: educação, saúde coletiva e direitos humanos*. Brasília: ABRAMD, p. 291-306, 2015.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.
- _____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). *A cidadania negada*. Buenos Aires: CLACSO, p. 35-48, 2000.
- BRAGA, R. Uma sociologia da condição proletária contemporânea. In: *Tempo Social*, revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 18, n. 1, 2006.
- CASTEL, R. *As Metamorfoses da Questão Social*. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, p. 67-80, 2008.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- HAGUETTE, T.M.F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 14ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- JACCOUD, M; MAYER, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART et. al. (Orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, p. 254-294, 2008.
- MARTINS, J. *Sociedade vista do abismo – Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Volume 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MINAYO, M. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 270-287, 2012.

- NETTO, J. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.
- OLIVEIRA, R. A concepção de trabalho na Filosofia do jovem Marx e suas implicações antropológicas. *Kínesis*, vol. II, n. 03, p. 72-88, 2010.
- POCHMANN, Márcio. A crise capitalista e o desafio dos trabalhadores. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 239, p. 698-712, 2016.
- PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Secretaria de Desenvolvimento Social. *Diagnóstico da população em situação de rua de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, MG, 2016.
- SILVA, A. L. Entrevista em Profundidade como Técnica de Pesquisa Qualitativa em Saúde Coletiva. *Saúde Coletiva*, vol. 2, São Paulo: Editora Bolina, 2005.
- SILVA, M. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade de Brasília, 2006.
- SILVA, J. *População em situação de rua: uma análise da implementação da política nacional de assistência social no âmbito do centro pop – Natal/RN*. Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.
- SOUZA, L. *A produção desigual do espaço urbano de Juiz de Fora: a ocupação Vila Barroso*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, 2016.
- VARANDA, W.; ADORNO, R. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Saúde e Sociedade*, vol. 13, n. 1, p. 56-69, 2004.
- WANDERLEY, M. Refletindo sobre o conceito de exclusão. In: SAWAIA, B. (org.). *As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Vozes: Petrópolis, p. 16-27, 1999.
- ZALUAR, A. *A máquina e a revolta – as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000.